

## OS CONCEITOS DE *VERSTEHEN* E *SEHEN ALS* NAS INVESTIGAÇÕES FILOSÓFICAS

## THE CONCEPTS OF *VERSTEHEN* AND *SEHEN ALS* NAS INVESTIGAÇÕES FILOSÓFICAS

Tatiane Boechat\*

**Resumo:** Procuramos mostrar a importância do conceito de compreensão (*Verstehen*) e de ver-como (*Sehen als*) na argumentação das *Investigações Filosóficas* sobre a linguagem, a significação e o mundo. Investigando como a articulação no modo de perceber um aspecto recoloca de uma nova maneira o significado do que seja o sentido de algo ou, em outras palavras, do que seja a percepção.

**Palavras-chave:** Compreensão. Ver-como. Regras. Linguagem.

**Abstract:** We show in the article the importance of the concept of understanding (*Verstehen*) and seeing as...(*Sehen als*) in the arguments of the *Philosophical Investigations* about the language, the meaning and the world. Investigating how to articulate the way of perceiving an aspect relocates to a new way the meaning of what is the meaning of something or, in other words, what is the perception.

**Keywords:** Understanding. Seeing as. Rules. Language.

É bem sabido que Wittgenstein rejeita a teoria da linguagem contida na sua obra de juventude, o *Tractatus logico-philosophicus*. Nas *Investigações Filosóficas* vemos que a argumentação do filósofo se põe distante de qualquer fácil distinção entre linguagem e mundo.<sup>1</sup> A isso queremos nos voltar nesse artigo e procurar mostrar a importância do conceito de compreensão (*Verstehen*) e de ver-como (*Sehen als*) na sua argumentação sobre a linguagem, a significação e o mundo.

Nas *Investigações Filosóficas*, a noção de significação deve ser pensada com referência à noção de compreensão. A compreensão e a significação são “inseparáveis do funcionamento da linguagem, sendo os únicos a fazê-la funcionar, [ou a condicioná-la]”, diz Wittgenstein. (WITTGENSTEIN, 2008, p. 3) No início desta obra, sua atenção se volta para a questão do ensino da significação, ou melhor, para a explicação ou

---

\* UFSCar-SP/CAPES. [tatiboechat@hotmail.com](mailto:tatiboechat@hotmail.com).

<sup>1</sup> WITTGENSTEIN, W. *Philosophical Investigations*. Trad. G.E.M. Anscombe; P.M.S. Hacker e J. Schulte (ed. bilíngüe) Oxford: Blackwell, 2009. As traduções serão cotejadas no alemão e no inglês. Doravante citado por PU

definição do sentido de uma palavra, procurando mostrar que é possível explicar o uso de uma expressão caso o papel que a palavra desempenhe na linguagem já esteja claro. A função da palavra na linguagem pode ser vista caso essa definição esteja fundada na aprendizagem por inserção em uma *praxis* comum previamente dada. É aí que entramos com a análise da noção de compreensão que permeia as *Investigações Filosóficas*.

Podemos levantar dois modos nos quais o conceito de compreensão pode ser interpretado e entender, conseqüentemente, o caráter ambivalente da relação entre significação e compreensão. Sugerimos aqui a distinção esboçada por Balthazar Barbosa Filho.<sup>2</sup> A primeira ressalta o significar como um “ato” praticado em circunstâncias específicas por um sujeito, o conceito de significação mostra aqui seu lado “subjetivo” e “ativo”. Por exemplo, quando dizemos, “Mas qual é a significação desta conversa?”, “O que se quer dizer ou se tem em mente com esse assunto?”<sup>3</sup>. Os elementos lingüístico-gramaticais da frase estão totalmente expostos para o ouvinte (o sentido lexical das expressões), bastaria compreendê-los, no entanto, não se consegue apreender o que o falante diz, isto é, o que ele pretende significar (*meinen*) com tais elementos. Já a segunda maneira ocorre em combinações do tipo “Qual é o significado de weiß?” ou “O que significa grün?” e a resposta é direta: “Em alemão a palavra ‘weiß’ significa ‘branco’”, portanto, não há aqui nenhuma intenção de significar por parte do falante. Nessa perspectiva seria absurdo exigir uma resposta como as do segundo tipo para as perguntas do primeiro. Também o compreender pode ser visto sob esses dois aspectos. No primeiro caso, a aprendizagem não ocorre por meio de significações previamente dadas porque ela é autônoma, isto é, a aprendizagem do sentido só pode ser concebida como inserção em um *conjunto* articulado de significações. Nesse caso um aprendiz apreende o sentido porque já *domina* uma base de significações previamente dada.

No mais, ao expor essas duas interpretações, o que se percebe é que estamos enleados nas nossas próprias regras, diz Wittgenstein:

Estabelecemos regras, uma técnica para jogar um jogo, e então, quando seguimos as regras, as coisas não se mostram como tínhamos suposto. No entanto, é esse enleiar-se nas próprias regras o que queremos entender, isto é, queremos abarcá-lo com a vista (PU §125).

---

<sup>2</sup> BARBOSA FILHO, B. Tese de doutoramento, p. 45.

<sup>3</sup> Cf. PU §§22, 81, 125, 188, 190, passim. Wittgenstein costuma usar o verbo *Meinen* de modo substantivado (*das Meinen*) o que pode acarretar alguns problemas de tradução.

“‘Dominar’ uma base de significações previamente dadas” pertence a um *können*. Isto é, pertence a uma “capacidade” (prática e não intelectual) de fazer para poder compreender a palavra. No uso que fazemos da palavra “saber” (*wissen*) ou estar claro (*klar sein*) a compreensão aparece como um poder-fazer (*können*) antes mesmo de um saber-fazer. É nesse sentido que nos dirigimos ao termo “compreensão” daqui em diante. Procuremos mostrar isso fundamentalmente como momentos complementares que apenas formalmente se distinguem. Essa complementação implica numa anterioridade do *können* em relação ao *wissen*, porém, uma anterioridade que se articula num mesmo âmbito. Elas passariam ao longo um do outro sem distinções do tipo teórico ou prático, ou mesmo, lingüístico ou pré-lingüístico. Está vedado aqui separar o que é linguagem do que não o é, separar linguagem e realidade. Aliás, o exame do ensino ostensivo das palavras serve para mostrar que não há essa referência e que a linguagem se engancha na realidade não num gancho descritivista, mas pragmático. Isto é, os procedimentos práticos do qual uma pessoa faz uso e para o qual ela foi “treinada” ou encaminhada a seguir, é que “conecta” a palavra e a coisa. Assim, no processo de “aquisição” ou atravessamento pelo sentido o poder-fazer seria um momento do qual não se escapa, um momento inevitável para que o sentido possa ser aplicado posteriormente como um saber ou conhecimento específico de algo. Dessa forma se percebe como saber e poder não são distintos, mas complementares.

A compreensão enquanto um saber temático se funda sobre a compreensão enquanto poder, isto é, enquanto um domínio prático. Com efeito, a pergunta pelo sentido deve ser feita como correlato da compreensão, na perspectiva de que não bastaria perguntar pelo “O que é o sentido?” (a significação considerada à maneira essencialista), mas sim, desde uma questão pragmático-descritiva, “O que significa compreender o sentido?”, o que excluiria a procura por um *Etwas* qualquer que fosse. É preciso considerar aqui que falamos do mesmo campo fenomênico e não de dois diferentes de abordagem; esse único campo é que é interrogado por dois modos (modos estes que pertencem a mesma família). Nesse sentido, a aprendizagem ostensiva, como o procedimento que primeiro aparece e ao qual temos um acesso explícito através do modo como ensinamos o uso das palavras, remete ao acesso de uma rede conceitual que nos dá algumas pistas ou mesmo revela certas condições capazes de indicar conexões conceituais.

## A PRÉ-COMPREENSÃO DO SENTIDO

No §31 Wittgenstein sugere que a concepção de um significado se encontra sob certas condições prévias; como o modo de se conceber o que é uma figura de jogo encontra-se ligado a um *domínio* prévio. Wittgenstein apresenta três aprendizes. O primeiro conhece as regras do jogo de xadrez, sabe que há uma peça chamada “rei” e conhece suas possibilidades de movimentação, mas não sabe qual é a forma da figura do rei, isto é, qual é a figura referente ao “rei”. A correspondência que este aprendiz faz à forma da figura de jogo diz respeito apenas a um som ou, no máximo, à forma de uma palavra. O segundo aprendiz pode jogar em concordância com as regras assimiladas ao observar diversos jogos de tabuleiro. Porém, ele nunca formulou explicitamente essas regras, mas se perguntarmos como a peça do rei se move ele nos mostrará. Ele não confundirá a peça do rei com a da rainha, contudo, ele o faz mesmo sem saber que existe um rei e uma rainha no jogo, contrariamente ao primeiro aprendiz. O terceiro e último, não sabe nenhuma regra sobre o jogo de xadrez, mas a sua instrução se deu no seguinte sentido, ele já estava familiarizado com o jogo ao assistir o jogo de outra pessoa, sabe o que é um tabuleiro e uma peça. Se fornecermos a ele a explicação “Este é o rei” ao mostrar uma figura que para ele tem um aspecto desconhecido, mesmo “esta explicação informará a ele sobre o uso da peça, visto que, como podemos dizer, o lugar para ela já estava preparado” (PU §31). Só pode ser ensinado ao aprendiz o uso da peça de xadrez se ele já souber o que é “uma figura de jogo”, isto quer dizer que ele sabe o que fazer com ela (Idem, *ibid.*). Saber usar uma expressão é anterior a se poder questionar uma denominação<sup>4</sup>. Essa familiaridade com o xadrez está intrinsecamente unida às circunstâncias de jogar uma partida. Diz Wittgenstein no §31: “Quando mostramos a alguém o rei no xadrez e dizemos “Esse é o rei”, não explicamos com isso o uso desta peça”. Aqui já não vale falar que o “saber” passa pela definição ou explicação da palavra, pois ele está pressuposto em toda e qualquer explicação. O que é anterior é um *saber* ou *poder-usar* as regras intrínsecas e constitutivas das atividades nas quais se está inserido, as regras que o contexto prático de jogo de certo modo nos impõe. A compreensão é familiar e se inclina a esse conjunto articulado de significações que perfaz a forma fundamental do “saber” e que chamaremos aqui de “pré-compreensão”<sup>5</sup>.

---

<sup>4</sup> Cf. PU §30.

<sup>5</sup> Ver a relação com a noção de “compreensão” pré-predicativa em Heidegger.

## A NATUREZA DA COMPREENSÃO

Esta preparação inicial da obra quer nos levar para a explicitação de algumas condições necessárias, de natureza transcendental, ou, se quiser, “gramatical”, de aquisição do conceito. Mas, além disso, pretende mostrar que o sentido ou significado, como se queira, é independente dos sinais e do enunciado. Nessa direção da análise, fica claro que Wittgenstein não pretende propor nenhuma teoria científica, de cunho empirista, behaviorista ou mentalista sobre as condições de aquisição do conceito. Seu interesse em combater o entendimento da compreensão como um processo interno que subjaz a toda atividade vai em direção a poder distingui-la da estrutura que a veicula, como se ao explicar sua estrutura (a causa), explicássemos o que ela provoca em nós. Se para apreender a compreensão do sentido de algo bastasse simplesmente poder explicar o evento. Esse procedimento investigativo tem como base determinar o sentido lançando mão de algo que lhe é exterior, considerando assim uma série causal reveladora. Sabemos que desde o período do *Tractatus*, Wittgenstein mantém o mesmo pensamento sobre a irrelevância em se considerar processos e imagens mentais na procura pelo significado ou compreensão das sentenças. A relação entre os constituintes mentais do pensamento com os objetos da situação descrita, isto é, de modo geral, os fatos psíquicos e seus constituintes mentais e a correspondência aos nomes do signo proposicional, seria uma questão a ser investigada pela psicologia<sup>6</sup>. Wittgenstein rejeita, não obstante, que a compreensão seja constituída por um processo de natureza física ou mental, do qual fluem regras comportamentais, por exemplo, de ter de corresponder ao que acontece na mente do falante para entendê-lo, regras que estariam ocultas por trás da exterioridade do discurso.<sup>7</sup>

Quando alguém diz, a respeito de um ensinamento, “Agora eu sei”, admite-se, em algumas interpretações, que o conhecimento surja de inferências indutivas de atos passados (PU §§143-47) ou mesmo de um sentimento de extrema euforia (PU §§148-50). Nos dois casos, a compreensão aparece como um estado interno ou processo que pode ser conhecido introspectivamente, *ad intra*. Como um estado da alma, ela é inconstante, indo e vindo ao seu bel prazer sem poder ser recuperada em um determinado momento.

---

<sup>6</sup> Cf. TLP 4.1121. WITTGENSTEIN, L. *Tractatus Logico-Philosophicus*. Trad. Luis Henrique L dos Santos. São Paulo: Edusp, 2008.

<sup>7</sup> A questão aqui não é negar que a compreensão possa aparecer junto com um desses modos mentais ou fisiológicos característicos, mas que não são eles que a constituem. O que se tem na mente quando compreendemos algo não tem importância, ao invés disso, é preciso entender que o que se tem em mente se dá em função da aplicação do que é critério para a compreensão. Cf. PU §§143-47

Enquanto sua duração poderia ser interrompida por uma distração ou desatenção, podendo ser retomada seqüencialmente ou então finalizada pelo sono ou pela perda da consciência, por exemplo. A questão é que, nesse caso, a compreensão é algo tal que tem uma duração, um começo, um fim. Porém, o saber-fazer, o compreender, não tem uma essência com limite nítido; a compreensão de uma expressão não está no verbalizar ou afigurar algo, ela é categorialmente diferente de um estado mental, mas se alguém é “capaz” de fazer certos empregos de um conceito ou de uma figura com ampla liberdade.<sup>8</sup> A pura e simples presença de um aparato dessa natureza, capaz de cumprir a tarefa de explicar a manifestação de um conhecimento (nesse caso, o modo como usamos ou aplicamos as palavras), é um critério que independe da *praxis*, das circunstâncias do comportar-se<sup>9</sup>. Todo critério ou padrão a ser seguido, seja ele interno ou externo, de modo algum determina a compreensão de uma expressão, pelo contrário, supõe-na.

No entanto, isso ocorre quando filosofamos. Estamos propensos a buscar por, e a postular, um intermediário, algo interposto que faça a ligação explicativa. A necessidade de um elemento intermediário de ligação significa que vagamente apreendemos as diferenças categoriais entre a regra e a aplicação da regra, a habilidade e seu exercício. Por exemplo, B procura entender a série de números anotada por A e descobre uma fórmula que aplicada à seqüência de numerais torna possível a B continuá-la. B diz: “Agora eu sei!”, “Agora eu posso continuar!”. Ter adquirido a fórmula comum que perpassa a seqüência permite a B dizer que “sabe e pode” continuar a série. Contudo, para Wittgenstein, compreender o sistema da série ou, melhor, adquirir algo comum que perpassa o sistema seqüencial, não quer dizer que B a compreendeu. É possível admitir que para B ocorra a fórmula, ou seja, o que é comum à seqüência, mas mesmo assim é possível admitir também que ele não a tenha compreendido.<sup>10</sup> Compreender algo ou compreender uma proposição não deve ser um “estado” do qual emerge o emprego correto, como se quem a proferisse ou a compreendesse operasse um cálculo segundo algumas regras ocultas por detrás das práticas lingüísticas. Quando expressa sua compreensão dizendo “Agora sei!” haveria por trás dessa afirmação um conteúdo muito maior, segundo Wittgenstein, do que o acesso a um caráter comum<sup>11</sup>. No entanto, esse

---

<sup>8</sup> A discussão privilegia a *Bild* do “interior” em relação a do “exterior” porque, seria esta, segundo Wittgenstein, a de aspecto mais tentador, a que abraçamos mais facilmente.

<sup>9</sup> Cf. PU §155

<sup>10</sup> Cf. PU §152

<sup>11</sup> Cf. PU§152

“atrás” não é nada tal como “a descrição do processo que existe atrás ou ao lado do processo de articulação da fórmula” (PU §154). Fica excluído do pensamento da compreensão, portanto, a busca pela essência dessa orientação ou derivação, como se pudéssemos encontrar e seguir um nexos causal ou sentir a experiência de orientação na intimação requerida pela regra. Como procura mostrar Wittgenstein nos parágrafos que trata da “habilidade” de ler, não importa quais experiências acompanham o ler, elas não são condições necessárias, nem suficientes e nem mesmo são um critério para guiarem a ação de ler.<sup>12</sup>

O que, para alguns, parece estar por trás da vivência (o entendimento da estrutura ou do sistema usado – ver PU §§143, 185-86-87-88), para Wittgenstein, o que justificaria afirmar a compreensão de algo, o poder-usar, é antes as próprias circunstâncias (*Umstände*) nas quais alguém tem a experiência (*Erlebnis*). O substrato da possibilidade de emprego de uma fórmula ou regra é o domínio de uma “técnica”. Nesse sentido não seria possível determinar de antemão a regra segundo a qual alguém joga, dito de outro modo, esperar que se produzam as ações certas nas circunstâncias convenientes:

Imagine [...] uma partida de xadrez traduzida, segundo certas regras, em uma série de ações que não estamos acostumados a associar com um *jogo* – por exemplo. E, agora, ao invés de jogar xadrez na forma costumeira, eles devem gritar e bater com os pés; e de tal maneira que fosse possível traduzir esses processos, segundo regras apropriadas, numa partida de xadrez. Estaríamos ainda inclinados a dizer que eles jogam um jogo? (PU§200).

Contrariamente ao que se pensou, a normatividade não é algo indescritível e fugidivo, como ocorre na tendência a ver na proposição algo estranho e esquisito que careceria a superposição de um ser intermediário puro entre o signo proposicional e os fatos.<sup>13</sup> No modo como foi abordado nesse exemplo a regra passa a constituir uma causa da ação, o que não condiz com o pensamento do nosso autor. Nas *Investigações* as regras são enfatizadas como sendo um componente experiencial. A aplicação da regra ou *seguir uma regra* é um critério da compreensão (PU §146). Vejamos como se dá a compreensão de regras.

---

<sup>12</sup> Cf. PU §§156 e passim.

<sup>13</sup> Cf. PU §94

## COMPREENSÃO E APRENDIZAGEM

Com a discussão do ensino ostensivo das palavras Wittgenstein propôs pensarmos o sentido como ligado à noção de uso (utilização, aplicação) da expressão em questão.<sup>14</sup> Uma vez que o sentido está indissociavelmente unido à noção (de regra) de uso, a unidade do sentido é asseverada por uma *praxis* lingüística, isto é, pelo emprego conveniente da expressão de acordo com as circunstâncias do jogo de linguagem em que se está inserido. Esse é o papel do *Verstehen*, saber usar, “dominar” o sentido, “pô-lo” em uso. Portanto, a significação e as regras a serem seguidas, devem ser encontradas no interior da *praxis*.<sup>15</sup> Nesse viés, quando se dá a definição ostensiva da palavra, significa que o aprendiz já apreendeu o sentido da palavra, visto que, os lugares das significações já estavam preparados, *grosso modo*, porque a compreensão já se deu através da *Abrichtung* desencadeada pelo ensino ostensivo<sup>16</sup>. Saber usar alguma coisa não quer dizer que se consegue copiar o que outra pessoa faz, tal como pode parecer com o aprendizado ostensivo das palavras. E também como pode ser entendido o termo *Abrichtung*: no caso de um cão se ensina a responder a certas ações ou ordens de comando dado por seu treinador. Esse seria um caso típico de estímulo-resposta que agradaria imensamente os “behavioristas”. O uso desse conceito para o ensino ostensivo das palavras se aproximaria mais do modo de aquisição de um hábito. “Hábito” no seguinte sentido: para o cão não o atravessa o sentido de que significa “fazer a mesma coisa em ocasiões semelhantes”. Já para o homem o que ocorre é exatamente isto, ele precisa compreender essas ocasiões ou circunstâncias para que possa dizer que adotou uma regra. O cão responde de uma determinada maneira, o homem se pauta por um certo “saber” na base do que lhe foi ensinado. Ele compreende o significado da expressão porque, “em outro sentido” já compreende a linguagem na qual as regras para seu uso são expressas. Assim, a apreensão da significação de uma palavra requer que se

---

<sup>14</sup> A discussão do ensino ostensivo da linguagem foi tocada nos PU §§ 27- 38 – esses parágrafos exploram o mecanismo de correlação entre a palavra e o significado. Esse mecanismo é a própria definição ostensiva das palavras. Nos seguintes, os PU §§38 - 59 examinam as ramificações da idéia de que o significado de uma palavra é o objeto por ela representado – discussão sobre os nomes próprios e sua relação com a idéia de elementos simples.

<sup>15</sup> Lembremos que *praxis*, aqui, está relacionada ao termo *Abrichtung*, no sentido de “dominar uma técnica”, isto é, de compreender um modo de agir. Cf. PU §§ 150, 206, passim.

<sup>16</sup> Recuperemos à memória um trecho do capítulo anterior que versa sobre essa expressão. O treino é um exercício repetitivo sem a necessidade de explicação, não há interesse em saber quais os procedimentos ou nexos causais desse comportamento. O treino consiste em o instrutor apontar para objetos (portanto, pressupõe um contexto de ação) enquanto profere a palavra, chamar a atenção da criança para eles; ao apontar para o objeto sua forma é mostrada. A *Abrichtung* se põe no limite da nossa racionalidade.

“domine um jogo”, que se *saiba* usar as expressões ou que se esteja hábil a empregá-las. “Sei o que uma palavra significa *em certos contextos*” (WITTGENSTEIN, 2008, p. 9).

Desde a *praxis* encontramos um indicativo de realização, ou seja, uma maneira particular de *ver* ou de *seguir uma regra*. Portanto, a compreensão deve ser apreciada desde a *praxis* da linguagem nascida a partir e com a exemplificação, ela é seu critério mais próprio. É na *praxis* da linguagem que se torna possível apreender o modo como se joga o jogo, ou melhor, o modo como uma expressão adquire sentido. Nela podemos entender a gênese do sentido e, por conseguinte, o modo em que se expressam as diversas linguagens com as quais nos deparamos. Assim, a compreensão é o *domínio* de uma linguagem (PU §20), de um jogo (Ibid. §31), de uma técnica (Ibid. §150), uma familiaridade com as circunstâncias e o contexto de jogo, um modo de agir em uma *forma de vida*.

## O CONCEITO DE *SEHEN ALS*

Se levarmos essa discussão até a análise feita no capítulo XI da *Philosophie der Psychologie*<sup>17</sup> veremos que o que caracteriza a maneira como aplicamos as regras é explicado por Wittgenstein através da abordagem de dois modos de emprego da palavra “ver”,<sup>18</sup> a esses modos de se tomar ou empregar o “interpretar” Wittgenstein chama “ver-como...” (*Sehen als*) (PhP, xi §137). Há o modo de ver algo que está sob os nossos olhos e podemos tomá-los desde uma descrição, desenho, cópia, etc.: “Vejo isto...”; e há o modo de ver as semelhanças em duas fisionomias, por exemplo, na figura coelhoptato usada pela *Gestalt*. A diferença que existe entre elas é uma diferença categorial nos seus objetos. Na interpretação das semelhanças o que está em questão é o que Wittgenstein chama “*das Bemerken eines Aspekts*”: quando noto a semelhança em uma fisionomia com uma outra, a vejo de modo diferente mesmo ao perceber que ela não mudou.<sup>19</sup>

No primeiro modo de “ver” já está pressuposto um *modo* de interpretar a coisa. A interpretação ocorre como efeito de algo anterior, numa cadeia causal de relações, no qual está sempre prescrito um modo pronto de agir, o modo de dar o próximo passo. Diz

---

<sup>17</sup> Essa obra será posteriormente citada por PhP. WITTGENSTEIN, W. *Philosophical Investigations – Philosophie der Psychologie: Ein Fragment*. Trad. G.E.M. Anscombe; P.M.S. Hacker e J. Schulte (ed. bilíngüe) Oxford: Blackwell, 2009. As traduções serão cotejadas no alemão e no inglês.

<sup>18</sup> Cf. PhP, xi §111-113

<sup>19</sup> Cf. PhP, xi §111

Wittgenstein: “interpretamos algo, e o vemos como o *interpretamos*” (PhP §116). Vemos ora como isto, ora como aquilo. É por esse modo de interpretação que podemos falar da *tradução* de um símbolo em outro, como acontece na passagem da palavra ao objeto sinalizado e, num outro nível, na passagem das sensações a sua expressão.<sup>20</sup> Traduz-se um símbolo em outro quando a regra já está dada juntamente com todo o seu espectro de aplicação, assim a interpretação serve de elo de ligação entre a regra e a aplicação da regra. Nesse caso, toda nova expressão não pode ser dispensada de uma interpretação, ou seja, se substitui uma expressão da regra por outra. Isso põe um problema: caso o aluno erre novamente na aplicação da regra, a regra vai aparecer, em um certo ponto de vista, como impotente, mesmo que ainda se esteja exposto a uma regressão ao infinito. E completa: “de substituição em substituição, podemos muito bem chegar a interpretações das regras cujos atos mais opostos vêm a ele como conformes” (LE DU, 2004, p. 105). Podemos perceber que nessa relação causal de significação perde-se a possibilidade de comparação entre semelhanças, torna-se impossível empregar uma expressão com ampla liberdade. O modo de formulação da regra se põe como um problema aqui, pois há sempre uma interpretação diferente, formando um descompasso no modo como ela pode ser posta em prática, requerida ou acessada. A proposta de Wittgenstein para que a interpretação de uma regra seja devidamente colocada é percebê-la no modo de ser da compreensão prática, dito de outro modo, perceber que o substrato dessa experiência é o domínio de uma técnica. Simplesmente porque alguém pode ver algo ora como isto e ora como aquilo que o modo de emprego não estagnado imposto pela interpretação causal se mostra.

Ainda segundo o primeiro modo de “ver”, diz Wittgenstein, ver “algo como algo” está relacionado à descrição de uma experiência imediata, que através da interpretação se mostra como uma descrição indireta. Ou seja, faz-se necessária a interpretação da figura como algo a partir de uma determinada vivência visual dada. No entanto, sabemos que não é necessário pensar sobre um objeto para percebê-lo como algo, ou seja, não é preciso um ato de interpretação que se coloque junto ao primeiro contato ou que conduza o aspecto que o objeto terá para o observador. Não se pensa no objeto ao contemplá-lo, quem *pensa* naquilo que vê é quem tem a experiência ou vivência visual como expressão do pensamento.

---

<sup>20</sup> Cf. capítulo sobre o argumento da “língua privada”.

O problema dessa questão é: se o aspecto de algo me é dado empiricamente eu deveria poder saber imediatamente ao que se refere e referir-me à vivência diretamente, ao invés de ter uma experiência imediata descrita indiretamente pela interpretação. O que Wittgenstein pretende mostrar aqui é que a regra é posta em prática não quando lançamos mão de uma apreensão teórica, mas quando se passa a uma determinada maneira de reagir. A interpretação de uma regra não determina o significado que elas terão, mas antes, o significado das regras, assim como de todos os signos, é que se encontram na sua utilização. Dizer “‘Eu vejo isto agora como...’ teria tão pouco sentido para mim quanto dizer, olhando garfos e facas: ‘Eu vejo isto agora como garfos e facas’. Não entenderíamos esta colocação”. (PhP §122). Não respondemos desse modo. Não precisamos reconhecer o talher como um metal para servir nas refeições, nem o comer como certo mover da boca. Há um fato e o fato nele mesmo não traz a regra para o seu entendimento. Se pensarmos de modo mais geral, veremos que o sinal não me diz o que fazer; na descrição parece estar sempre faltando alguma coisa. Entendemos, juntamente com Winch (1970, p. 25), que o sinal não é capaz de carregar em si a sua regra porque no modo causal de interpretação de um aspecto o modo de ver “‘algo como’ está aí modificado”. Nele a regra não pode ser infringida, esse é um indicativo de que houve uma cristalização do significado e ele não mais significa. Passa a operar de forma atemporal, sua aplicação está totalmente restringida. Nesse sentido se acrescenta ao sinal um modo de ver interpretativo para que através dele uma indicação se dê. Inversamente a isso, o que torna explícito esse “ver-como” e assegura algo sobre o visado não tem origem em uma estrutura lógico-sintática (em uma combinação específica de palavras), mas irrompe desde as e pelas circunstâncias (*Umstände*).<sup>21</sup> Assim, pode-se afirmar que nessa forma de representação não é possível fundamentar a regra e dissolver seu paradoxo. Fica claro aqui que o tratamento que Wittgenstein dá ao conceito de visão de um objeto *como* alguma coisa está diretamente implicado na distinção entre o mundo e a linguagem.

O “ver-como” não especifica a interpretação a ser tomada, no exemplo do aprendiz que segue a série dos numerais, uma formulação da regra não foi dada, o modo de segui-la não aparece na fórmula. Pode-se dizer que a regra é uma ilusão nesse caso já que ela não se efetiva; ela não abre possibilidades, pelo contrário, as restringem. Para o aprendiz há o fato e ele não é regrado; o que ele fez foi interpretar a regra de maneira

---

<sup>21</sup> Cf. PhP xi §§138, 146, 156, 158

diferente, logo, se não havia nenhuma prescrição, ele não errou. Esse modo de entender a interpretação do sinal faz com que se perca a possibilidade de legitimação da regra já que não há nenhuma especificação de como agir, não se pode estar de acordo ou não com ela.

Quando vejo o aspecto “coelho” e em seguida o aspecto “pato”, em separado, e mais tarde reconheço um aspecto no outro aspecto, posso pensar que agora os vejo de maneira muito diferente do que quando os reconheci isoladamente. Vejo que há uma mudança no meu modo de percebê-los. Com efeito, mas o que ocorre não é uma maneira diferente de ver, mas é uma maneira nova de “ver” (*auf neue Weise* – PhP §130, 153). Percebo essa mudança como se a figura tivesse mudado diante de mim, e aparece de repente como outra figura sem perder a expressão inalterada inicial. O que isso nos indica é que entre essas duas percepções na mesma figura há o reconhecimento de uma “organização” bem determinada (*eine ganz bestimmte “Organisation”* – PhP §131). E não podemos mostrar isso com um desenho, um gráfico específico, tampouco pertence a alguma categoria que trago em mim; o que é importante lembrar é que o que está em questão é uma técnica de uso da figura e não uma decisão subjetiva. Alguém que quisesse apresentar essa mudança de aspecto fazendo uma cópia do modelo estaria tomando a impressão visual que teve como um objeto interior; toda semelhança com o objeto estaria comprometida. A única afirmação que se pode fazer sobre a vivência visual dessa mudança é que a coisa é alterada. Diz Wittgenstein:

O ver-come não pertence à percepção. E, por isso, ele é como um ver e de novo não é como um ver. Olho para um animal; alguém me pergunta: “O que você está vendo?” Respondo: “Um coelho”. Eu vejo uma paisagem; de repente passa um coelho correndo. Eu exclamo “Um coelho!”. (PhP, §§137, 138)

Não cabe mais a pergunta no seguinte molde: como essa “nova” experiência visual se mantém em congruência com a anterior, ou seja, qual o critério para saber que eram as mesmas coisas, dito figurativamente, que era a mesma linha que passava por ambas? Essa pergunta não se põe assim, já que estamos considerando a experiência visual desde o prisma de uma nova maneira de ver e não de uma maneira diferente, visto que, elas se mantêm em ligação de algum modo. A mudança de aspecto produziu uma nova experiência visual e não outra.

Mas qual é o critério daquilo da vivência visual? Se uma vez usei a palavra “Coelho” como notificação e em seguida como uma exclamação? Como saber o critério

de uso do conceito? Aqui, seguir uma regra é justamente participar da mudança de aspecto, sob certo ponto. Na figura coelho-pato, podemos vê-la ora como cabeça de coelho, ora como cabeça de pato, percebendo que há certos aspectos que pertencem tanto à figura do coelho quanto à do pato ocorre caso, repito, caso as tomemos desde na perspectiva de uma figura ou de uma cópia. Com a impressão não ocorre assim, não vemos ora uma figura ora a outra simultaneamente. Se forçarmos essa visão explícita ou figurativa da impressão incorremos num destacamento do sentido trazido pela impressão e acabamos tendo em mãos duas cópias desde as quais é permitido todo tipo de análise.

Assim, a mudança de aspecto traz algo de “organização” quando entendemos que “há uma considerável quantidade de fenômenos aparentados uns com os outros e de possíveis conceitos” (PhP, §155). Aqui Wittgenstein nos lembra da importância do conceito de *Familienähnlichkeiten* nas *Investigações Filosóficas*. É devido a essa “organização” que se mantém na mudança de aspecto que somos capazes de empregar certas figuras com ampla liberdade.

Isso, no entanto, não quer dizer que ver a figura de um determinado modo torne imperfeita a descrição da vivência. Poderemos descrevê-la contando com o que ficou gravado em mim. No entanto, o que ficou gravado não se apresenta nítido e ordenado como o vejo. “Olho a paisagem, meu olhar vagueia, vejo todo tipo de movimento claro e escuro; isto grava-se claramente em mim, aquilo apenas muito difusamente” (PhP, §160). Vê-se que não há como descrever genuinamente esse caso. Toda tentativa de justificação da sua representação deve ser repudiada. Por outro lado Wittgenstein nota que se não se contra um lugar para tal forma entre outras formas então procuramos esse lugar em outra dimensão, contando com a certeza de encontrá-lo, porque afinal, é preciso comprimi-la em alguma forma.<sup>22</sup> São as circunstâncias, o contexto de jogo de linguagem, ou seja, o modo de uso que é feito, que dirá as necessidades e as correções para uma descrição apropriada.<sup>23</sup> Podemos perceber que aqui abre-se uma ressalva em direção à descrição: se olharmos para ela sem a esperança de haver um só caso genuíno e próprio.<sup>24</sup> Quando conseguimos voltar o nosso olhar para a trama entretecida do contexto, vemos que é possível tomar a descrição desde uma perspectiva originária de descrição do sentido. A minha impressão visual me faz ver *assim* uma imagem. Quando

---

<sup>22</sup> Cf. PhP xi §§164-65; PU§216

<sup>23</sup> Cf. PhP, xi §156

<sup>24</sup> Cf. PhP xi §160

vejo um desenho que representa um objeto tombado, não pergunto “Isto pode representar também um objeto tombado?”, mas sim “o copo tombou e está em cacos”. É assim que reagimos à imagem, diz Wittgenstein. Seguindo ainda a primeira pergunta pode-se dizer que a este observador falou a familiaridade em operar o desenho, ele não era tão hábil com desenho. Essa familiaridade é, sem dúvida, um critério, diz Wittgenstein, há certa habilidade, certos gestos, uma maneira de pintá-lo que nos convence de vê-lo *assim*. Um significado para o nome “ver” pode ser fornecido, portanto, pela minha atitude para com a figura.<sup>25</sup>

### SEMELHANÇA-DE-FAMÍLIA NO CONTEXTO DAS REGRAS

Relembremos o assunto abordado no início da pesquisa em relação os elementos simples e a impossibilidade de sua descrição ou nomeação e pensemos no que é projetado na realidade. A crítica que Wittgenstein vai nos apresentar, procura nos dissuadir de uma estrutura essencial do mundo e também da ilusão do projeto de uma estrutura gramatical na realidade. O conceito de semelhanças de família (*Familienähnlichkeiten*) aparece inicialmente no §67 ecoando na abordagem sobre a explicitação da regra e sobre o modo de *Sehen als*. Esse modo indica que o que unifica um conceito não é um traço comum para todos os casos, mas a familiaridade com certa semelhança que os atravessam, uma simpatia que nos lembra traços de um no outro; no fim e ao cabo não há um único traço comum entre o primeiro e o último na cadeia de razões. Não se tem diversos casos um ao lado do outro, todos mantêm, antes, uma teia de relações. “A robustez do fio não consiste em que uma fibra qualquer perpassa toda sua extensão, mas que muitas fibras se sobreponham umas as outras” (PU §67). Nesse sentido, não dá para tomar um caso isolado e extrair dele o traço comum. As expressões são aparentadas umas com as outras tais como sobreposições e entrecruzamentos de várias semelhanças que ocorrem entre membros de uma família (leia-se: “jogo”).<sup>26</sup> Assim, a impressão que temos da semelhança é dada pelo ver-como quando “o que realmente vejo tem que ser aquilo que em mim de repente se realiza pela ação objeto” (*was in mir durch Einwirkung des Objekts zustande kommt*). Certa atitude ou simpatia em relação as impressões visuais que temos. Pode parecer que ao se recusar o traço comum entre os conceitos recupera-se essa linearidade com uma série distinta de traços

---

<sup>25</sup> Cf. PhP xi §193

<sup>26</sup> Cf. PU §67

estruturados (como a disjunção de identidades parciais). Contudo, aqui não há uma posição definida de traços. O que fica no horizonte dessa questão é o reconhecimento de elementos intermediários aleatórios em uma diversidade de relações. Duas pessoas podem dizer as mesmas coisas, mas em um sentido semelhante. Não há uniformidade no modo como entendemos uma figura porque seu sentido virá da função que elas desempenham na nossa vida.<sup>27</sup> A figura é o que se pode ver nela e isso não é simplesmente uma outra figura. Nesse sentido o *Sehen als* é um modo de “organizar”, de fornecer sentido ao que vemos, de definir aparências.

Assim, vemos que a eliminação da essência liquefaz o campo do conceito. Para Wittgenstein os conceitos não têm limites definidos: nos jogos de linguagem não se tem um conjunto de características presentes em todos eles, essa é uma característica transitiva, mas eles podem ser parecidos em vários aspectos. Pode, portanto, parecer que essa maneira familiar de empregar uma palavra não partilha de nenhuma regularidade por não estar delimitada por regras, e é isso mesmo. Wittgenstein não toma essa questão através de uma pergunta pelas causas e muito menos como uma tentativa de justificar nosso modo de agir de acordo com uma regra, como procuramos mostrar acima. Podemos pensar aqui em certa *regularidade* no seguinte sentido, usando as palavras do autor, “a regra nos diz sempre a mesma coisa, e nós fazemos o que ela diz” (PU §223). Seguir a regra é fazer sempre a mesma coisa, mas do ponto de vista da regra; é nesse sentido que seguir a regra é o que se pode contar como “o mesmo”, isto é, desde o contexto específico: igualdade e diferença dependem do conceito de agir de acordo com a regra.<sup>28</sup> Elas apontarão a imperfeição caso sejam necessárias determinações mais pormenorizadas ou que tenha alguma questão remanente.

O conceito de *ver-cómo* se expande de tal modo que não há apenas “um caso verdadeiro e normal” para o que se descreveu. É preciso sempre lembrar como nosso olhar se modifica a cada *ver*. Por isso toda tentativa de justificação prévia, no sentido de uma causa, deve ser abandonada na explicação da essência da linguagem. “Não importa como você o instrui na continuação do ornamento em série”, o seu *saber* não se pauta por motivos, fundamentalmente porque se age sem eles (PU §211).

Podemos dizer que o âmbito proposta pela compreensão é o fundamento ou base a partir da qual a noção de regra vai emergir. Isso justificaria o estatuto que a regra terá nas Investigações já que ela não traçará nem estará selada por um determinado

---

<sup>27</sup> Cf. PhP xi §§194-95

<sup>28</sup> Cf. PU §§225, 227

significado, seu perfil não se prenderá a combinações específicas de palavras se excluirmos as regras de todo o contexto do jogo de linguagem. A Wittgenstein interessa esclarecer como as regras guiam nossas ações e determinam o significado das palavras ao percebermos que segui-las é o indicativo de uma ação. Seguir uma regra não constituirá a razão do meu agir, nem funcionará como causa da ação, mas no agir em conformidade com ela ou transgredi-la. Toda essa abordagem nos diz que ao discutir filosoficamente a linguagem, na verdade, estamos discutindo sobre “o que pertence ao mundo”. Depende da linguagem empregada para se poder dizer o que pertence ao âmbito da realidade. É desde a *praxis* da linguagem que toda a relação de espelhamento entre mundo e linguagem se mostra obsoleta. A base de toda possível distinção (ainda que nos forcemos a isso) entre linguagem e realidade, nome e objeto, signo e significação, etc. está no sentido exercido numa atividade compreensiva ou pré-compreensiva. A força da linguagem está na pré-compreensão em exercício.

## **Referências**

- BAKER, G. P.; HACKER, P. M. S. *Wittgenstein: Rules, Grammar and Necessity*. Oxford: Basil Blackwell, 1988.
- \_\_\_\_\_. *Wittgenstein: Understand and Meaning. Essays*. Oxford: Basil Blackwell, 2005.
- \_\_\_\_\_. *Wittgenstein: Meaning and Understanding. Essays*. Oxford: Basil Blackwell, 1992.
- BARBOSA FILHO, B. *Os modos da significação*. Tese de doutoramento.
- HACKER, P. M. S. *Insight and Illusion: themes in the philosophy of Wittgenstein*. Oxford: Basil Blackwell, 1989.
- LE DU, M. *La nature sociale de l'esprit: Wittgenstein, la psychologie et les sciences humaines*. Paris: J. vrin, 2004.
- SANTOS, L. H. L. A harmonia essencial. In: *A crise da razão*. São Paulo: Cia das Letras, 1996.
- WITTGENSTEIN, L. *Philosophical Investigations*. Oxford: Basil Blackwell, 2009.
- \_\_\_\_\_. *Tractatus logico-philosophicus*. São Paulo: Edusp, 2008.
- \_\_\_\_\_. *Blue and Brown Books*. Oxford: Basil Blackwell, 2008.
- \_\_\_\_\_. *Remarques Philosophiques*. Paris: Gallimard, 1975.
- \_\_\_\_\_. *Wittgenstein's Lectures, 1932-35*. Oxford: Blackwell, 1966-79. The 1932-33 Lecture notes, p. 2, 40.
- WINCH, Peter. *A idéia de uma ciência social e sua relação com a Filosofia*. São Paulo: Ed. Nacional, 1970.

**Artigo recebido em: 17/02/11**

**Aceito em: 20/06/11**